

190					1
				816	



ÍNDIAS PROSTITUÍDAS

Decretada prisão de sete envolvidos

Cinco dos acusados de envolvimento em esquema de prostituição estão detidos em presídio de Três Passos

CARLOS WAGNER

ENTENDA O CASO

A Justiça do Estado decretou ontem a prisão preventiva de um grupo de sete indígenas e brancos envolvidos na exploração sexual de meninas índias da reserva da Guarita, uma área nos municípios de Tenente Portela, Miraguaí e Redentora.

Até o final da tarde, cinco haviam sido recolhidos ao Presídio Estadual de Três Passos. Outros dois estavam sendo procurados. O caso foi denunciado no início do mês por Zero Hora na série de reportagens Índias Prostituídas.

As prisões começaram a ser feitas na tarde de ontem. Dos cinco presos, quatro são líderes da tribo e outro, um comerciante branco. Os outros estavam sendo procurados na região, segundo o delegado regional substituto de Três Passos, Jorge Luiz Soares. O pedido de captura foi encaminhado na segunda-feira pelos delegados de Tenente Portela, Elisabete Scopel, e de Redentora, Simon Bolívar Ávila, ao juiz de Coronel Bicaco, Charles Maciel Bittencourt. O processo deve tramitar em segredo de Justiça porque envolve adolescentes.

O promotor Fernando Gerson concordou com os pedidos de prisão, despachados terça-feira. Imediatamente, os policiais começaram a montar o esquema para cumprir os mandados. Havia por parte das autoridades o temor de que os índios pudessem reagir. De fato existia um esquema de reação pronto para ser acionado. Na noite de quarta-feira, jovens caingangues foram convocados a se juntar a um grupo que fazia a guarda do cacique e de líderes. Na tribo, há pelo menos 400 homens armados e fiéis aos atuais chefes.

Em outras ocasiões, a estratégia de reação deu certo. No início do ano, agentes da Polícia Federal (PF) foram impedidos de cumprir mandados de prisão contra dois índios acusados de ter estuprado uma menina de nove anos. Desta vez, a tática dos líderes caingangues falhou porque eles foram atraídos para fora da reserva e presos sem maiores problemas.

Funcionária da Funai é ameaçada

Os delegados Ávila e Elisabete têm 10 dias para concluir os inquéritos policiais. Na opinião dos policiais, o tempo é suficiente porque há abundância de provas. O delegado Ávila diz que as prisões devem desarticular um grupo que explorava tanto meninas indígenas quanto brancas:

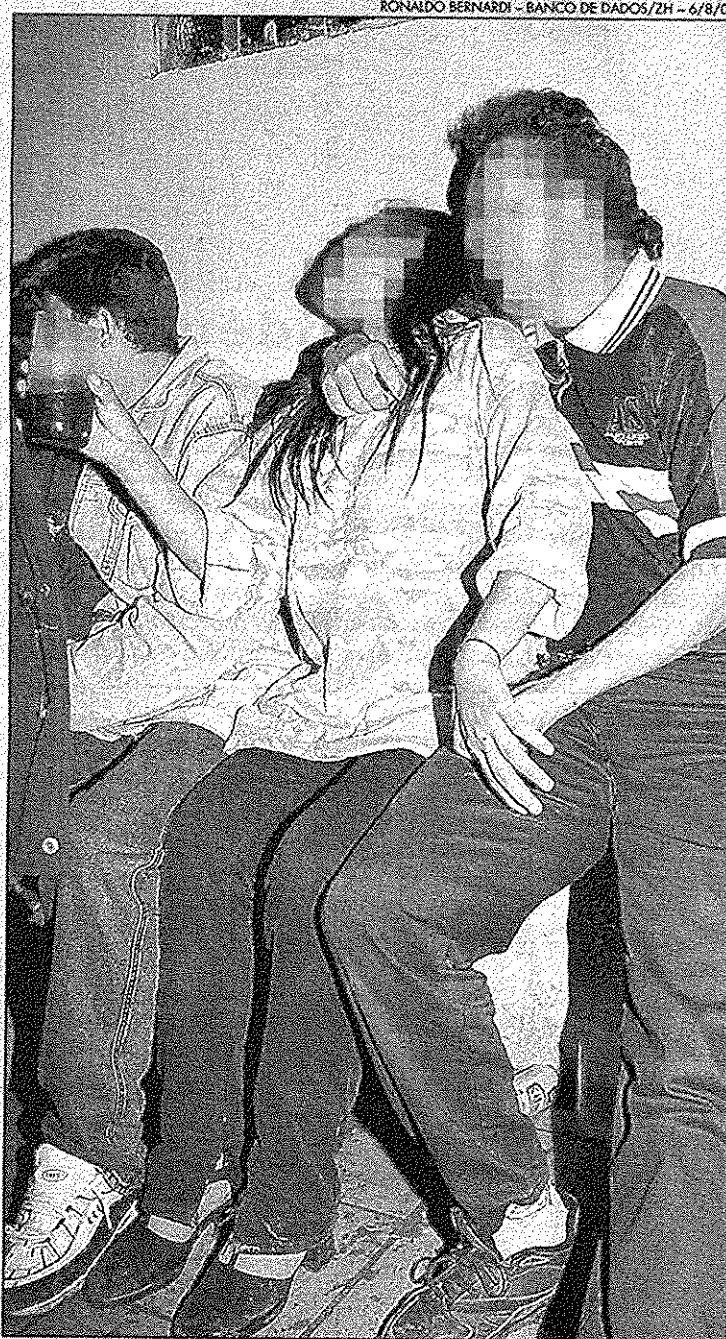
— Eles operam de maneira combinada na prostituição: um fornece as garotas, e os outros, o local para a prostituição e o transporte das meninas.

A desarticulação do grupo não é uma tarefa fácil devido às ramificações. Ontem, por exemplo, no momento das prisões, uma pessoa telefonou ameaçando agredir a funcionária da Fundação Nacional do Índio (Funai) Albertina Rosana Dias, a Bete, chefe do posto da Guarita.

— Os covardes ligaram para a minha casa dizendo que eu pagaria pelas prisões — comentou.

É a segunda vez em duas semanas que Bete é ameaçada. Ela fez um minucioso relatório à direção da Funai sobre casos de prostituição na reserva e desvios de recursos públicos. O documento serviu de base para uma investigação da PF.

Os nomes dos acusados presos foram omitidos por Zero Hora porque eles não foram indiciados pela polícia.



Denúncia: índias são exploradas em esquema de prostituição

- Nos dias 6, 7 e 8 de agosto, Zero Hora publicou uma série de reportagens sobre a exploração sexual de meninas indígenas no Rio Grande do Sul chamada Índias Prostituídas
- Em seguida, o procurador da República Osmar Veronese, de Santo Ângelo, sugere que seja formada uma força tarefa entre as autoridades federais e estaduais para enfrentar o problema da prostituição
- No dia 14 de agosto, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal faz uma audiência pública em Tenente Portela, com a presença de representantes das autoridades federais e estaduais da região. O deputado Marcos Rolim, presidente da comissão, ouve um minucioso relato dos envolvidos com a prostituição
- Nos dias 23 e 24 de agosto, em Passo Fundo, os caciques das tribos indígenas do Rio Grande do Sul se reúnem com o Conselho dos Povos Indígenas do Estado e firmam um pacto para apoiar a apuração e para punir os envolvidos com a prostituição nas reservas. Ao final do encontro, ficou acertado que uma universidade do Rio Grande do Sul irá realizar um diagnóstico das condições de vida das mulheres e crianças índias. As mulheres índias serão convocadas a participar das reuniões do conselho. Além disso, serão realizados curso de formação com professores que atuam nas reservas
- Ontem, a Justiça do Estado decretou a prisão preventiva dos principais envolvidos com a exploração das meninas indígenas

ONDE FICA

A Reserva da Guarita tem 23 mil hectares e abriga 4 mil índios

